



# CÂMARA DOS DEPUTADOS

## Federação PSOL Rede

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR A ATUAÇÃO DO GRUPO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA (MST), DO SEU REAL PROPÓSITO, ASSIM COMO DOS SEUS FINANCIADORES

Apresentação: 24/05/2023 20:47:03.197 - CPIMS

REQ n.139/2023

### REQUERIMENTO \_\_\_\_\_ de 2023

(Das Sras. Sâmia Bomfim e Talíria Petrone)

*Requer a realização de audiência pública com a presença de juristas sobre o tema objeto desta CPI.*

Senhor Presidente,

Requeremos, com base no artigo 58 da Constituição Federal e no artigo 36 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de reunião nesta Comissão Parlamentar de Inquérito com o objetivo de discutir sobre o papel da Constituição Federal de 1988 e a questão agrária, com convite aos seguintes especialistas:

1. Prof. **JOSÉ GERALDO DE SOUSA JUNIOR**, Professor Titular da Universidade de Brasília, ex-diretor da Faculdade de Direito da UnB e ex-reitor da mesma instituição.
2. Profa. **ELA WIECKO**, Professora da Universidade de Brasília, foi membro do Ministério Público Federal, onde exerceu as funções de Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão, Vice-Procuradora Geral da República e Vice-Presidente do Conselho Superior do MPF.
3. Prof. **PEDRO SERRANO**, Professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo de Direito Constitucional e Teoria Geral do Direito.
4. Representação da Associação Brasileira de Juristas pela Democracia (ABJD)

### JUSTIFICATIVA





## **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

### **Federação PSOL Rede**

A presente Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) foi constituída com o objetivo “investigar, no prazo de até 120 dias, a atuação do grupo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, (MST), do seu real propósito, assim como dos seus financiadores”.

A aprovação do presente requerimento permitirá que esta CPI tome conhecimento de informações, notas técnicas, pesquisas e estudos acadêmicos sobre a questão agrária no país, com o objetivo de proporcionar uma melhor elucidação dos aspectos técnicos e jurídicos das questões que serão tratadas durante os trabalhos desta Comissão.

De acordo com relatório anual da Comissão Pastoral da Terra (CPT), o aumento da concentração fundiária, do desmatamento e da violência no campo evidencia as conexões entre as questões agrária e ambiental. Os conflitos no campo cresceram 10% em 2022 e afetaram quase 1 milhão de pessoas. Os dados apresentados na publicação mostram o aumento assustador no número de assassinatos, ameaças de morte e tentativas de assassinato em relação aos levantados em 2021.

A Constituição Federal de 1988 consagrou a República Federativa do Brasil como Estado Democrático de Direito. A Carta de 1988, seguindo as constituições de regimes democráticos, consagra em seu art. 5º diversos preceitos fundamentais, dos quais destacamos a liberdade de expressão e de manifestação, além da dignidade da pessoa humana e o direito à moradia. É fundamental que a as liberdades democráticas garantidas constitucionalmente pautem o debate nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Os juristas convidados por este Requerimento podem contribuir sobre os aspectos e princípios fundamentais da Constituição Federal e a questão agrária no nosso país. É essencial que esta CPI ouça especialistas no campo Constitucional para traçar o melhor panorama para seus trabalhos.

Diante disso, mostra-se necessária a escuta, por esta CPI, dos referidos juristas sobre o tema.





# **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## **Federação PSOL Rede**

Sala das Reuniões, em 22 de maio de 2023.

**SÂMIA BOMFIM**  
**PSOL/SP**

**TALÍRIA PETRONE**  
**PSOL/RJ**





## **Requerimento** **(Da Sra. Sâmia Bomfim)**

Requer a realização de  
audiência pública com a presença de  
juristas sobre o tema objeto desta CPI.

Assinaram eletronicamente o documento CD234517618000, nesta ordem:

- 1 Dep. Sâmia Bomfim (PSOL/SP) - Fdr PSOL-REDE
- 2 Dep. Talíria Petrone (PSOL/RJ) - Fdr PSOL-REDE

